

60 anos depois
os(as) historiadores(as) e o golpe de 1964

Fábio José de Queiroz¹
Eilane Régia Duarte Lourenço²

Resumo: O debate proposto neste artigo tem como fio condutor o golpe de Estado de 1964, no Brasil, e, mais especificamente, as controvérsias à sua volta, tendo em conta os 60 anos que nos separam desse acontecimento, no qual os militares, o empresariado e os seus partidários substituíram a democracia política por uma autocracia. Toda discussão repousa em uma reflexão historiográfica na qual um dos anéis da cadeia é a crítica ao revisionismo que se apoderou dos debates e das interpretações acerca desse período. Em suma, trata-se não só de um estudo das responsabilidades dos militares e da burguesia nos fatos históricos de seis décadas atrás, mas de uma crítica teórica e historiográfica aos esbulhos revisionistas.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Revisionismo; Crítica historiográfica; Ditadura Militar; História Política.

60 years later
historians and the 1964 coup d'état

Abstract: The debate proposed in this article focuses on the 1964 coup d'état in Brazil and, more specifically, the controversies surrounding it, taking into account the 60 years that separate us from that event, in which military agents, the business community and their supporters replaced political democracy with an autocracy. The whole discussion is based on a historiographical reflection in which one of the keys is criticism of the revisionism that has taken over the debates and interpretations about this period. In short, this is not only a study of the responsibilities of the military and the bourgeoisie in the historical events of six decades ago, but also a theoretical and historiographical critique of revisionist approaches.

Keywords: 1964 coup d'état; Revisionism; Historiographical critique; Military dictatorship; Political History.

60 años después
los historiadores y el golpe de estado de 1964

Resumen: El debate propuesto en este artículo se centra en el golpe de Estado de 1964 en Brasil y, más concretamente, en las polémicas que lo rodearon, teniendo en cuenta los 60 años que nos separan de aquel acontecimiento, en el que los militares, los empresarios y sus partidarios sustituyeron la democracia política por una autocracia. Toda la discusión se basa en una reflexión historiográfica en la que una de las claves es criticar el revisionismo que se ha apoderado de los debates e interpretaciones sobre este periodo. En definitiva, no se trata sólo de un estudio sobre las responsabilidades de los militares y de la burguesía en los acontecimientos históricos de hace seis décadas, sino también de una crítica teórica e historiográfica a los afanes revisionistas.

Palabras-clave: Golpe de 1964; Revisionismo; Crítica historiográfica; Dictadura militar; Historia política.

1 INTRODUÇÃO

Em 2024, completam-se 60 anos de um golpe de Estado que marcou profundamente a história brasileira. No sentido operacional, tratou-se de um golpe de feição marcadamente

¹ Doutor em sociologia, Universidade Regional do Cariri, Grupo de Pesquisa Marx, classes sociais, ideologia, Estado e revolução - URCA, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9851-3423>, e-mail: fabioqueiroz@urca@gmail.com.

² Graduada em História, Universidade Regional do Cariri, Grupo de Pesquisa Marx, classes sociais, ideologia, Estado e revolução - URCA ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8441-2042>, e-mail: eilaneregaduarte@gmail.com.



militar, uma vez que coube às forças armadas o movimento prático de deslocamento do poder por meio de uma intervenção na vida política nacional.

Sabemos que continua intenso o debate à volta dessa temática. Daí a necessidade de seis décadas depois da quartelada³ de primeiro de abril de 1964 e quase 40 anos do retorno da democracia representativa, nos indagarmos: que análise fazemos do golpe em si, do regime político discricionário dele nascido e, finalmente, das repercussões que esses fatos ainda hoje produzem na sociedade?

2 O GOLPE DE 1964

Este é o primeiro acerto de conta que deve ser considerado por um historiador ou historiadora que tome para si a responsabilidade de trabalhar com a Ciência da História e, portanto, com uma visão crítica ao analisar e reconstituir os fatos históricos. Não houve em 1964 uma “revolução”, ou um processo no qual os “Democratas domina(ra)m toda nação”, tal como em uma célebre manchete do jornal o Estado de São Paulo. Ao nos referir aos acontecimentos de março-abril daquele ano devemos chamar as coisas pelo seu nome. Posto isso, o que houve foi um golpe, uma contrarrevolução, e seus promotores, de farda, de terno e gravata ou mesmo de batina, não eram democratas, mas coveiros da democracia política.

Não são incomuns as análises que relacionam o golpismo não apenas a quem aplicou o golpe, mas a quem sofreu o revés político. Essa confusão política infestou uma parcela da historiografia e, em larga medida, abriu caminho para que, em perspectiva, correntes revisionistas⁴ ganhassem espaço dentro e, sobretudo, fora da vida acadêmica ordinária. O

³ Há uma celeuma em torno do uso da expressão “quartelada”, uma vez que pela complexidade da operação que levou à destituição de João Goulart, o emprego do termo implicaria em restringir o significado mais amplo dos acontecimentos. Admitindo a amplitude do movimento que conduziu ao golpe de força, entendemos, contudo, que ele conduziu a uma ação concreta que não deixou de vestir a indumentária de uma quartelada. Inversamente, ao se acentuar demasiadamente a complexidade do movimento, corre-se o risco de se embelezar historicamente a execução golpista, e, nesse escopo, elidir o lugar do quartel.

⁴ De plano, indicamos que não pretendemos atender a expectativa de tratar do amplo arco de vertentes que corresponde ao revisionismo histórico no Brasil, nomeadamente daquele tratou de “revisar” a história do período ditatorial (1964-1985). Trataremos aqui de autores e estudos que foram objetos de um conjunto de pesquisas que conduzimos ao longo dos últimos anos, a despeito da relevância de outros que ficaram de fora.

que professam os revisionistas? Para eles, havia um “golpe da esquerda” em marcha e a direita apenas se antecipou a ele.

Nós sabemos, por inúmeros outros exemplos (como o do Holocausto), que o revisionismo histórico costuma misturar os carrascos e as vítimas, bem como mitos e fatos e, por esse mecanismo, buscam reduzir as motivações e as responsabilidades dos primeiros, produzindo inequívocas confusões e fraudes históricas.

Isso nos obriga a um empenho historiográfico no sentido de desmistificar a retórica revisionista, trazendo a lume a estratégia golpista que se desenhara desde 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros, que integrou associações empresariais, cúpula das forças armadas, agrupamentos políticos da direita, o governo estadunidense e outros atores, que, pouco a pouco, foram preparando as condições que ensejaram o golpe de força de 1964. Prova disso é fornecida inclusive por estudiosos inclinados a defender a usurpação militar, a exemplo de Gaspari (2002)⁵.

Baseado nessas evidências, a historiografia, em grande medida, demonstrou a falácia dos que tentaram impingir o déficit democrático não apenas aos golpistas, mas aos que padeceram do golpe de Estado. A esse respeito, Dreifuss (1981), Toledo (1997 e 2004), Queiroz (2015) e muitos outros já puseram o revisionismo em seu devido lugar: a lata de lixo da história. Toledo (1997), especificamente, demonstrou que, ao contrário do alardeado pelos revisionistas e, em especial, pelos defensores mais ostensivos do golpe de 1964, a quartelada foi uma ação política desencadeada contra as reformas de base e a democracia. Esse fato é conhecido por todo(a) aquele(a) que se proponha a examinar detidamente os acontecimentos que permearam os primeiros anos da década de 1960 no Brasil.

Conhecido é, igualmente, o papel desempenhado pela imprensa corporativa, que colocou todo seu ferramental a serviço da desestabilização política do governo de João Goulart e enalteceu a ação golpista como um triunfo dos democratas. Há em todo episódio dessa natureza a participação do instrumental ideológico e, no caso em tela, os papéis da

⁵ Elio Gaspari (2002) relata várias situações em que o dinheiro do empresariado movimentava uma máquina cujo objetivo era desestabilizar e enfraquecer João Goulart (o Jango), delineando o caminho para destituir o governo civil e constitucional. Antes de Gaspari, Dreifuss (1981) havia detalhado como as forças organizadas do capital criaram as condições objetivas para impulsionar o que ele classificou como “golpe de classe”.

imprensa, da igreja (católica, sobretudo) e de intelectuais a soldo do capital (Raquel de Queiroz, Edmundo Moniz, Otto Maria Carpeaux⁶ e um longo etcétera) são visíveis e inequívocos.

Dreifuss (1981) desnudou o caráter de classe do golpe e o papel-chave cumprido pelas entidades empresariais em sua construção, o que nos leva a crer que a ação golpista nasceu da atuação incisiva de um sujeito composto: burgueses e militares (Queiroz, 2015). Ao que tudo indica, o fortalecimento dos monopólios e oligopólios internacionais exigia uma alteração no bloco de poder, defenestrando o trabalhismo e trazendo ao centro do palco um novo ajuntamento de forças, conforme evidencia o minucioso estudo realizado por René Armand Dreifuss (1981). O equilíbrio entre os blocos impeliu a ação militar como a única habilitada a produzir uma diferença favorável ao bloco de poder em torno das corporações transnacionais. Essa foi a base sobre a qual ergueu-se a espada militar.

Em última análise, há de se entender que setores da política burguesa que apoiaram o golpe (JK, Carlos Lacerda, Ademar de Barros etc.), esperavam que os militares dominassem a situação e, em seguida, como ocorrera em outros momentos da história do Brasil, entregassem o poder novamente nas mãos dos civis. Diferentemente do que ocorrera em 1945, por exemplo, os militares derrubaram o governo e, em lugar de voltarem aos quartéis, eles decidiram tomar conta dos santuários sagrados das representações burguesas de terno e gravata. Era o fenômeno do bonapartismo que emergia com força e duração. Com o golpe de 1964, a sociedade civil sucumbiu perante o Estado e esse viu-se dominado pelo sabre e o fuzil.

Com o advento do bonapartismo - um poder político que se amparava nos ombros das forças armadas e era funcional às forças hegemônicas do capital -, não haveria lugar para democracia política e os democratas genuínos tiveram que pegar o caminho do exílio, ou ficaram no país e sofreram os abusos de uma ditadura que, desde seu nascedouro, se anunciou como um tempo de dor e de morte.

⁶ Boa parte desses autores escrevia para os jornais enredados no movimento golpista. Carpeaux e Edmundo Moniz eram destacados integrantes do conselho editorial do Correio da Manhã, que colocou suas máquinas a serviço da destituição de um governo reconhecidamente constitucional. Raquel de Queiroz, em particular, escrevia a soldo do IPES (Mendes, 2017).

Porém, não podemos nos esquecer que as maiores vítimas do golpe foram as organizações da classe trabalhadora da cidade e do campo, os grupos de esquerda comunistas, socialistas e trabalhistas e os intelectuais que atuavam diretamente nos processos de formação de operários, camponeses e outros estratos das classes subalternas.

3 UM REGIME POLÍTICO INCONDICIONALMENTE REPRESSIVO

Elio Gaspari (2002) tentou apresentar o regime autocrático, resultante do golpe militar-empresarial de 1964, como uma forma política que evoluiu de uma ditadura envergonhada até uma ditadura escancarada, quando, de fato, o sistema de poder militar, desde sua instauração, patenteou-se como um poder abertamente tosco e discricionário. Diante de tais condições, em última análise, as suas atitudes drásticas e intransigentes, à luz do AI-5 (1968), por exemplo, complementavam e aprofundavam uma fisionomia política que já era rígida e extrema em 1964.

Uma das interpretações mais propagadas e persistentes nos meios liberais, que apoiaram o golpe e a ditadura dele derivada, é a sustentada pelo jornal *Folha de São Paulo*, que alardeou a “tese” de que o regime ditatorial brasileiro, comparado aos dos demais países do Cone Sul, teria sido uma “ditabranda”. Se no caso de Gaspari, o autor parece querer expressar seus agradecimentos ao grupo político do general Geisel, que lhe franqueou o acesso a uma documentação privilegiada, neste caso, a família Frias aparenta querer aliviar o peso que carrega em sua consciência pretensamente democrática, uma vez que a mencionada família empresarial não economizou esforços com o propósito de apoiar as ações da ditadura militar-burguesa, inclusive fornecendo veículos do jornal aos porões do regime e às suas atividades repressivas.⁷

Quando assistimos hoje um sem-número de revisionistas tentando embelezar o rosto brutal da autocracia militar-burguesa, não custa lembrar a contribuição das “teses” de Gaspari

⁷ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) confirmou o que já havia sido evidenciado nas pesquisas historiográficas: o grupo Folha colocou carros da empresa a serviço da Operação Bandeirantes (OBAN), um dos tentáculos mais brutais do sistema de tortura institucional montado pelo poder empresarial-militar.

e da *Folha de São Paulo* a esse empenho rotineiro e sistemático de atribuir ao regime dos generais um lugar menos incômodo no âmbito da história.

Aliás, no terreno do saber histórico, Argelina C. Figueiredo (1997), partindo de uma reprodução dos argumentos dos agentes do golpe de Estado, colaborou para reforçar o discurso dos que, ainda hoje, buscam diminuir o real significado da ação golpista e, por consequência, da autocracia que dominou o país por 21 anos. Para ela, havia um “fraco compromisso com a manutenção das regras democráticas por parte da direita como da esquerda (Figueiredo, 1997, p. 53). Ao igualar esquerda e direita, e, portanto, os que sofreram e os que fizeram a intervenção armada, a autora leva água ao moinho do golpismo e do revisionismo histórico. Trata-se de uma leitura liberal e “Na ótica liberal, como a propriedade corria perigo, conseqüentemente a democracia corria perigo” (Queiroz, 2015, p. 74). Não por acaso, os liberais foram parte substancial do ataque às liberdades democráticas em 1964.

Nessa mesma direção, um autor da envergadura de Leandro Konder (2004) não se furtou a colaborar com os revisionistas, reduzindo as responsabilidades das forças que promoveram a ruptura institucional. Para ele, “a reação contra o golpismo do campo da esquerda resultou no golpe da direita” (Konder, 2004, p. 50). Esquece o autor que o golpismo tem se mostrado como um modo de atuar da burguesia e de seus partidos e não da esquerda, e em 1964 isso não foi diferente. Konder cumpre assim “um papel não desprezível na legitimação do golpe, isentando a burguesia e as forças armadas, que afinal de contas apenas reagiram a um putsch esquerdista em andamento” (Queiroz, 2015, p. 94).

Em suma, Figueiredo e Konder ajudaram a construir uma visão mistificadora dos acontecimentos de 1964 e atuaram como cegos enaltecedores de uma ruptura brutal com o sistema de liberdades democráticas duramente conquistado pela sociedade civil, descerrando portas a que isso possa seguir se legitimando ao longo da história.

Os anos posteriores ao fim da ditadura demonstraram que balanços ambíguos apenas servem para municiar os que defendem a autocracia de ontem como um “remédio” para os dias de hoje. Neste sentido, os últimos dez anos, sobretudo, foram palco para o recrudescimento de matérias e proposições autoritárias que, em regra, acompanharam a defesa obstinada dos governos militares.

Para responder a essa quadra complexa e perigosa, historiadores e historiadoras precisam aprimorar as suas investigações e, dentro delas, reforçar a verve crítica a um regime político perpassado pela brutalidade de seus métodos, haja vista que a repressão era seu balizamento. Apoiado nessa evidência, inclusive, será preciso destacar que se havia um conjunto de forças com um fraco ou nenhum compromisso com a democracia era precisamente o que preparou e executou o levante contrarrevolucionário que deu origem a uma ordem política marcada pelo selo repressor.

À medida que a resistência adotava métodos mais radicais de confronto com essa ordem política, observava-se a adoção de novas e severas medidas que reforçavam o caráter tirânico do regime, a exemplo do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que trazia em si tanto uma intenção política como econômica, conforme revelou Drosdoff (1986). Em suas palavras, os militares “viam a repressão como uma maneira de restringir as exigências econômicas, bem como políticas, para obter a estabilidade financeira, investimentos e rápido crescimento econômico” (Drosdoff, 1986, p. 77).

O que se coloca, portanto, é que a repressão não era funcional apenas ao exercício do poder oriundo da caserna, mas também era condição necessária para aplicação do programa preconizado pelos empresários no interior do bloco de poder proveniente da violenta intervenção de 1964. Não por acaso, na sequência do AI-5, emerge o mal denominado “milagre brasileiro”, um crescimento econômico baseado na proibição de greves, na superexploração da força de trabalho, na manipulação dos índices inflacionários e, por fim, na entrada de capitais internacionais, que, no médio prazo, se traduziria na explosão da dívida externa.

Nesse cenário, a maioria dos agrupamentos de esquerda concluiu que somente a luta armada poderia fazer frente ao terrorismo de Estado, que, por seu turno, reforçou as suas posições, enrijecendo o combate aos agrupamentos de oposição, e, finalmente, aplastando os diversos grupos de combate. Em um quadro de absoluta assimetria, antes de chegar à metade da década de 1970, a esquerda armada se encontrava prostrada e vencida. A ditadura havia triunfado.

A evidência explícita do caráter repressivo do poder militar pode ser verificada no fato de que a violência que alcançou os grupos de esquerda, que resistiam militarmente à tirania institucionalizada, estendeu-se também a quem operava o trabalho de oposição por meios pacíficos. Os assassinatos de Herzog (PCB) e Fiel Filho (Pastoral Operária) foram expressões particulares da natureza repressiva global que caracterizou o governo das forças armadas.

Nesse período, a ditadura brasileira desempenhou papel decisivo nos golpes de Estado que varreram a Bolívia (1971), o Uruguai (1973) e o Chile (1973), demonstrando o seu lugar contrarrevolucionário privilegiado no concerto das nações latino-americanas, bem como suas atribuições dentro da estratégia construída nas escolas militares norte-americanas.

Sintetizando: os 21 anos de uma ditadura feroz trouxeram o Brasil para mais perto dos Estados Unidos e do capital monopolista mediante a imposição de uma ordem social amparada em um sistema rotineiro de repressão, em que as prisões, a tortura, o exílio, a clandestinidade e a morte eram partes inseparáveis da mesma lógica. Fala-se de centenas de mortos que, em geral, solapa o massacre das populações indígenas e de outros grupos sociais que não constam da lista oficial de mortos e desaparecidos. Essa história, 60 anos depois, não foi passada inteiramente a limpo.

4 HISTORIADORAS E HISTORIADORES 60 ANOS DEPOIS DO GOLPE

Ao descartar a busca da verdade histórica como método e regra, de certo modo, a história adentrou em uma crise agônica que, em larga escala, pavimentou o caminho para o que hoje se denomina comumente de pós-verdade. O próprio uso da noção de Ciência da História, estranhamente, caiu em desuso. Logo, qualquer influencer se sentiu – e se sente – no direito de produzir sua “verdade histórica”, uma vez que todo indivíduo, hipoteticamente, estaria qualificado a produzir a própria verdade. Levando-se em conta esse contexto de confusão, a extrema-direita, em particular, catou fragmentos perdidos da história e engendrou as suas “narrativas”, nas quais faltam franqueza, lisura e verdade.

Por inusitado que possa parecer, eis o cenário a que chegamos, 60 anos depois de um golpe de Estado que demoliu a democracia política, rasgou a Constituição e derrubou um governo eleito pelo voto popular. Curiosamente, a argumentação dos embusteiros da ultradireita se apoia em um alicerce erguido por historiadores que apregoavam que a história se resumiria a “narrativas” e “representações”. Partindo dessa lógica, os cultuadores da pós-verdade trataram de criar suas “narrativas” e “representações” em torno da história da ditadura⁸.

Não custa recordar que os pós-modernistas, no campo da história, “ridicularizavam a possibilidade de ensinar (ou escrever a história de uma forma justa” (Kakutani, 2018, p. 62). O pressuposto dessa compreensão historiográfica, conforme nos lembra Kakutani (2018), passava pela ideia de que todas as verdades eram fortuitas. Assim, a história como disciplina acadêmica irá alicerçar o entendimento de que o saber histórico se constitui fundamentalmente em uma mera “narrativa”, palavra que tomou seu lugar de prestígio em todos os ambientes em que o debate estava – e está - presente.

Cabe um parêntese. Ao questionar a história e a ciência de um modo geral, o que esgrime o militante de extrema-direita no Brasil da “pós-verdade”, senão “sua verdade”? E qual a gênese dessa “verdade”? A palavra de um líder seguro e confiável, que pode está em um púlpito político ou religioso. Esse líder fala a verdade, o historiador mente. Esse é o tortuoso raciocínio nascido em um mundo paralelo. Kakutani chama a atenção para existência de uma situação metodologicamente muito próxima dessa, e bem anterior a ela no tempo, e que caracterizou o universo do nazifascismo. Segundo o autor, “A teoria nazista, de fato, nega especificamente que exista a ‘verdade’. Não existe, por exemplo, uma ‘ciência’. Existe apenas a ‘ciência alemã’, ‘ciência judaica’ etc.” (Kakutani, 2018, p. 64).

Essa discussão traz para o primeiro plano o problema do relativismo, um aspecto valorizado pelo discurso pós-modernista. Da ideia de que não há verdade absoluta, esse discurso conclui de que não há verdade. Ou, no limite, cada um tem a sua verdade. Foi esse

⁸ Evidentemente que a categoria de representação nas mãos de Jacques Le Goff e de Roger Chartier, de um lado, e nas mãos de um ideólogo da extrema-direita, de outro, haveria de produzir materiais e resultados diferentes. O problema-chave é que, ao se falar de “histórias” e de “representações” e não mais de história, abriu-se um flanco pelo qual a extrema-direita agora “surfa”, nutrindo o mundo de múltiplos exemplos de “pós-verdade”, de múltiplas “histórias” e de múltiplas patranharias.

horizonte nublado que nutriu a maneira de “fazer história” dos grupos que, hoje, negam o real significado da ditadura que durante 21 anos sangrou a sociedade brasileira.

Para responder às exigências da realidade, é necessário que a história volte a ter um padrão inteligível de interlocução com os fatos e a teoria, apoiando-se em métodos de investigação decorosos e consistentes e, nomeadamente, em procedimentos analíticos que permitam uma reconstituição crítica dos fatos históricos. É nesse ponto que a busca da verdade deve ser reafirmada como a regra de ouro do historiador (Bédarida, 2000). Essa é a argamassa basilar de uma atividade científica da qual podemos partir para fazer um acerto de contas com o revisionismo e a fraude histórica em torno da ditadura empresarial-militar. Isso implica liquidar o que Terry Eagleton (1993) designou de “desistoricização frívola”, marca de uma história natimorta, raiz das fraudes que, contemporaneamente, despoja a história de seu conteúdo e de seu significado. Nessa perspectiva,

O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental, e para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são (Hobsbawm, 1998, p. 8).

O que é ficção? Em 1964, houve uma “revolução”, na qual triunfaram os democratas, e que ensejou um regime político que “livrou o país do comunismo”⁹ e o conduziu por um caminho de “ordem, progresso e tranquilidade”. O que é comprovável? Em 1964, houve um golpe, uma contrarrevolução, que aniquilou as liberdades democráticas, atirou o país no abismo de um regime rigorosamente repressivo e aprofundou a dependência ao capital internacional, bem como as desigualdades sociais.

Feito esse cotejo, diríamos que cabe aos historiadores e às historiadoras a tarefa de, 60 anos depois do *putsch* de 1964, trazer esses fatos em todas as suas manifestações concretas e significativas para o centro do debate público, desvelando que demolir a democracia

⁹ Em 1964, os comunistas estavam na ilegalidade e seus principais líderes mantinham-se na clandestinidade. Embora apoiassem o governo de Jango, seu peso na estrutura governamental era praticamente nulo. É verdade que o golpe produziu uma feroz repressão aos comunistas, mas esses estavam longe de constituir uma ameaça séria à ordem social. A retórica anticomunista era parte da argamassa ideológica da direita e da extrema-direita no contexto da chamada “guerra fria”, embora persista ainda hoje como ideologia e recurso retórico de grupos de ultradireita.

política, rasgar a Constituição de 1946 e derrubar um governo eleito pelo voto popular eram expressões objetivas de um projeto das classes dirigentes, da cúpula das forças armadas e do imperialismo estadunidense. Ainda que esse projeto deva ser entendido na situação histórica concreta em que ele foi concebido, é digno de registro como a burguesia e o imperialismo, à luz de determinadas circunstâncias, não relutam a substituir a democracia pela autocracia e, que no caso da república brasileira, essa autocracia tende a vestir verde-oliva.

Aqui é preciso fazer uma ponderação. Não se trata de ter a democracia representativa como a última gare da viagem humana pelo planeta terra. Trata-se, sim, de demonstrar que as classes dirigentes, no Brasil, não se cansam de explicitar seu pouco apreço pelas liberdades democráticas, sobremaneira quando pressentem que as classes subalternas se apoiam na democracia política para se organizar, levantar suas reivindicações e sugerir a possibilidade de um novo mundo que extrapole os limites de uma ordem social profundissimamente injusta. Era exatamente isso que se passava às vésperas do golpe de 1964. Ao não conseguir frear o processo multitudinário de mobilização das classes trabalhadoras e da juventude, João Goulart foi reputado como chefe de um governo inepto, que precisava ser alijado da cena política. Esse foi um dos fatores que levaram a cúpula das forças armadas, a embaixada norte-americana e o alto comando da burguesia a decidirem pela solução golpista, visto que a introdução de seu projeto era incompatível com a preservação não só do governo, mas do regime político que permitia a sua existência.

O tema central do nosso debate é trazer essas questões para o primeiro plano para que não se tente ludibriar o leitor acerca do que ocorreu há precisamente 60 anos. A nosso ver, essa é uma das tantas tarefas da historiografia voltada ao estudo do período de domínio burguês-militar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É tarefa do(a) historiador(a) não misturar as fronteiras entre fatos históricos e fraudes históricas, sabendo que os fatos históricos são reconstituídos à luz de uma vigorosa pesquisa e não de achismos ou de preferências pessoais. Fazer história é um trabalho que exige estudos

e investigações e, sobretudo, compromisso com a busca da verdade histórica. Sem evidências escrupulosas não há história. E isso vale para o que aconteceu ontem e para o que se deu há 60 anos.

Há precisamente seis décadas, o país sofreu o mais rotundo e brutal golpe de Estado de sua história. Os que o reclamam, não raro, aspiram repeti-lo. Mas há também os que adotam uma atitude mental ambígua com relação aos acontecimentos de 1964 e ajudam os primeiros a desenvolver os seus delírios revisionistas. Certamente, há uma hierarquia de níveis entre esses dois grupos, mas aqueles que querem ser consequentes com o seu dever de historiador(a) não pode se furtar a se mover em torno de uma crítica decidida e arrojada a ambos.

A história da ditadura precisa seguir sendo implacável em suas explicações e juízos acerca do golpe que pulverizou as liberdades democráticas no Brasil e atrasou em décadas os movimentos que lutavam por um país mais livre e mais igualitário. Para tanto, não basta ela ser sofisticada na interpretação e reconstituição dos fatos. Ela precisa também ser rigorosamente justa.

REFERÊNCIAS

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: MORAES, Marieta de; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim et.al. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Tradução de Ayeska Branca de Oliveira Farias. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil – o governo Médici (1969-1974)*. Tradução de Norberto de Paula. São Paulo: Global, 1986.

FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia e reformas: a conciliação frustrada. In: Caio Navarro de Toledo (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KAKUTANI, Michico. *A morte da verdade*: notas sobre a mentira na era Trump. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

MENDES, Fernanda Coelho. *A "fiadora do governo"*: as crônicas de Rachel de Queiroz na revista O cruzeiro (1960-1975), Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UniRio), Rio de Janeiro: 2017.

QUEIROZ, Fábio José de. 1964: o dezoito de brumário da burguesia brasileira, São Paulo: Sundermann, 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964*: visões críticas do golpe. Campinas, SP: Edições da Unicamp, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. Falácias sobre o golpe de Estado de 1964, *Crítica marxista* n.19, Campinas: Editora Revan, 2004.

Recebido em: 10/5/2024.

Aceito em: 25/5/2024.

Publicado online em: 23/6/2024.